

Filhos do Estado, não!

Joana Bento Rodrigues

2/8/2019

O combate em Portugal está só a começar. Todos estamos convocados.

Os filhos são nossos, não são do Estado.

Karl Marx afirmou que a Família é uma estrutura social opressora, na qual o homem representa o papel de “proprietário”, quer da sua mulher, quer dos seus filhos. E que desta decorre a aceitação colectiva e acrítica de um sistema patriarcal, hierarquizado, favorecedor da transmissão da propriedade entre gerações e, portanto, da perpetuação da propriedade privada, pedra angular do capitalismo e do sistema financeiro. Foi, por isso, proposta a destruição da Família, enquanto caminho para o socialismo, tal como foi tentado na União Soviética, embora sem sucesso. A via da força mostrou-se ineficaz.

Havia que substituir estes vínculos por outros, como propuseram, posteriormente, os estudos desenvolvidos pela Escola de Frankfurt. A década de 1970 trouxe a revolução sexual, a “libertação” da mulher e a dissociação do significado unitivo do matrimónio. A mulher, agora emancipada do marido, passou a ser escrava do mercado de trabalho e a fugir ao apelo biológico da maternidade. Em simultâneo, surge a necessidade de retirar à criança a noção de autoridade dos pais, substituindo-a pela autodeterminação indiscriminada, numa sociedade obediente apenas à autoridade do Estado.

Nesse contexto, o conceito de “género” surge institucionalmente na Conferência de Pequim de 1995 organizada pela ONU – a IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Acção para a Igualdade, Desenvolvimento e Paz –, que visava alcançar um conjunto de resoluções para defender os direitos da mulher e a igualdade.

Assim, a par da bandeira do combate à discriminação, sob pretexto de uma maior elegância da linguagem, a palavra “sexo” passou a ser progressivamente substituída por “género”. Ao estilo da novilíngua orwelliana, sexo deixou de significar a distinção biológica entre masculino e feminino, sendo substituído por dezenas de géneros *à la carte*, que vão desde o não-binário a *genderfluid* (género variável). Assim se iniciou a implementação da agenda da ideologia de género, advogando que a identidade sexual do indivíduo resulta da cultura e não da biologia e que, no fundo, todos os seres humanos nascem iguais, podendo cada um ser o que pretender.

Enquanto ideologia, esta não é mais do que um erro a propalar, que derruba os princípios naturais e instituídos, longe de toda e qualquer fundamentação científica. Mas, tratando-se de um erro que vai contra os princípios, como pode vingar uma ideologia? Antes de mais, é necessário alguém interessado no erro; segue-se a necessidade da sua propagação e a existência de um público-alvo treinado para não pensar e o aceitar.

Definido o erro, identificam-se os interessados. São eles as instituições nacionais e internacionais que procuram conquistar a hegemonia cultural e política. Baseando-se no princípio marxista da concentração de poder absoluto dos direitos dos cidadãos, com suposto benefício colectivo (incluindo a manutenção da Paz mundial), estas aprofundam o controlo da liberdade religiosa, de pensamento e de comunicação. Prevalece a socialização secundária, focada na interacção do indivíduo com a sociedade (incluindo escola, grupo de amigos, trabalho), e onde assume diferentes papéis para corresponder às expectativas dos outros. Neste processo, as pessoas são descartáveis e substituíveis, em contraste com a socialização primária, característica da Família, no seio da qual se aprendem os valores, a moral e os modelos comportamentais, onde as relações são baseadas no amor e nos vínculos, onde o indivíduo é insubstituível. Naturalmente que há um grande interessado na secundarização da sociedade e na destruição da Família: o sistema financeiro.

Apresentada deste modo, essa imposição seria, desde logo, rejeitada pela sociedade ocidental, fundada na ética judaico-cristã, na filosofia grega e no direito romano. Mas não se assiste a essa resistência por dois motivos. Primeiro, porque, numa perspectiva gramsciana, o erro é implementado paulatinamente e propagado pelo sistema educacional e meios de comunicação social. Depois, sentindo (aparentemente) garantidas a sua segurança e comodidade, os

cidadãos não vêem a ditadura de pensamento como uma ameaça.

Em acréscimo, é imperativo que o erro seja transmitido desde tenra idade, antes da formação da concepção do certo e do errado. Logo no ensino pré-escolar é implementada a ideia de que a moralidade surge do próprio para o próprio, segundo as suas regras pessoais, distanciando-o dos valores cristãos, que estabeleceriam os limites na conduta, nas leis e na política. Dessa forma, o indivíduo ficará facilmente permeável a novas ideias, incluindo aquelas propulsoras dessa hegemonia, que anulam o próprio e a sua individualidade. Em suma, a ideologia de género é isso: uma forma de anular o certo e o errado, fugindo às leis naturais e transmitindo a ideia de que tudo surge do pensamento, da vontade e do sentir. E haverá melhor forma de instalar essa ambiguidade do que a destruição da identidade do indivíduo, levando-o a aceitar os juízos dos que o rodeiam e instruíram, incluindo as escolas?

É por isso que, actualmente, cada vez menos se valorizam os conteúdos a difundir nas instituições de ensino, que passaram a ser um espaço de doutrinação, pela disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, onde subliminarmente estão a ser incluídos os princípios da Ideologia de Género, com vista à “educação das massas”. E os pais, mais focados nas preocupações económicas, não se apercebem destas movimentações ou simplesmente se demitem da responsabilidade de educar os filhos, delegando na escola esse papel.

Nesse percurso, algo mais grave acontece: os filhos passam a ser da responsabilidade do Estado e não dos pais. Embora muito pouco noticiado, já não faltam episódios a denunciarem-no: pais condenados a prisão na Alemanha, por impedirem os filhos de assistir às aulas de educação sexual nas escolas ([2009](#)); na Noruega, os filhos foram retirados aos pais por serem “muito cristãos” ([2016](#)); mais recentemente, um pai cristão russo e residente na Suécia pediu asilo para sua família à Polónia, após o Estado sueco entregar as suas filhas a uma família muçulmana libanesa ([2019](#)); uma mãe espanhola foi condenada a trabalho comunitário por esbofetear o filho que não queria tomar duche ([2019](#)); e tantos outros exemplos.

Desta forma, começa a instalar-se o receio dos pais educarem os filhos segundo os preceitos e os costumes familiares da sociedade ocidental. Não será esta uma forma de marxismo implementado pelo medo, que muitos teimam em rejeitar ou relativizar?

Não é por acaso que há quem se sinta fortemente ameaçado por conteúdos leccionados nas escolas, activismos infiltrados nas instituições públicas, marcas de roupa e séries televisivas com mensagens subliminares e tantas outras formas de propaganda. Para os mais distraídos, menos informados e mesmo já manipulados, tal não é mais do que “teoria da conspiração”, fundamentalismo e intolerância. Infelizmente não é.

Outros, mais alerta, apercebem-se desta realidade e surgem grupos* cada vez mais organizados e [políticos](#) que ousam fazer-se ouvir, fugindo do medo e do politicamente correcto. O travão a este caminho ideológico só é possível com a participação cívica de todos os pais que procuram uma sociedade melhor para os seus filhos e que acreditam no valor inestimável das raízes judaico-cristãs do mundo ocidental.

O combate em Portugal está só a começar. Todos estamos convocados.

Os filhos são nossos, não são do Estado.

Médica, membro da Comissão Consultiva da TEM/CDS. A autora não reconhece o AO 1990.

* [Deixem as crianças em paz](#) ; [Escola sem Partido de Portugal](#) ; [Identidade de Género, toda a verdade](#) ; [Plataforma Pensar & Debater](#)

;

[Plataforma Renovar](#)

;

[Pontos nos II](#)

;

[Resistência contra a ideologia de género e sexualização das crianças](#)

;

[Salvemos os nossos filhos](#)

.

<https://observador.pt/opiniao/filhos-do-estado-nao/>